



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA /FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PSICOLOGIA

ANÁLISE DE UMA PRÁTICA DE ENSINAGEM NO SISTEMA PRISIONAL

TÂNIA REGINA ARMANI NERY

Orientador: Rosângela R. F. Soares

Agosto
2010

RESUMO

O presente trabalho apresenta a análise de uma prática de ensinagem, através da avaliação dos alunos dos Cursos de Formação de Agentes Penitenciários e Agentes Penitenciários Administrativos, não se trata de uma avaliação de provas e conceitos, tem como objetivo perceber como está o processo de ensino e aprendizagem no curso de formação que os habilita para o exercício das funções no sistema penitenciário, partindo do levantamento das avaliações quantitativas e qualitativas e da própria prática de estágio na Escola Penitenciária.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Agentes Penitenciários	19
Gráfico 2- Agentes Penitenciários Administrativos	19
Gráfico 3- Agentes Penitenciários	21
Gráfico 4- Agentes Penitenciários Administrativos	21
Gráfico 5.....	29
Gráfico 6.....	30
Gráfico 7.....	30
Gráfico 8.....	31
Gráfico 9.....	31
Gráfico 10.....	32
Gráfico 11.....	32
Gráfico 12.....	33
Gráfico 13.....	33
Gráfico 14.....	34
Gráfico 15.....	34
Gráfico 16.....	35
Gráfico 17.....	35
Gráfico 18.....	36

LISTA DE QUADROS

Quadro 1-Fluxograma da ESP.....	10
Quadro 2 - Matriz Curricular Nacional	15
Quadro 3.....	20
Quadro 4.....	23
Quadro 5.....	26
Quadro 6.....	36

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL	07
3 PERFIL DOS ALUNOS	18
4 LEVANTAMENTO DOS DADOS	22
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	25
5.1 AVALIAÇÃO POR EIXOS-PERCENTUAL QUESITO A.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	44
ANEXOS	46

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é sobre o estágio docente em psicologia, realizado na Escola Penitenciária no XXX Curso de Formação para Agentes Penitenciários e Agentes Penitenciários Administrativos. O curso foi realizado no período de 21 de setembro a 27 de novembro de 2009, com oito turmas de Agentes Penitenciários nas dependências da Academia de Polícia Civil-ACADEPOL e na uma turma de Agentes Penitenciários Administrativos na Escola Penitenciária, totalizando 392 alunos. Durante o Curso de Formação para as duas áreas, foram ministradas 25 disciplinas por 54 professores, divididas em três eixos: eixo do direito, eixo das humanas e eixo operacional. Ao final do Curso, foi entregue a cada aluno uma ficha de avaliação (elaborada e utilizada pela Escola nos últimos cursos de formação), para que pudessem relacionar o professor de cada disciplina e assim avaliá-lo conforme alguns critérios estabelecidos. Além da avaliação quantitativa, havia um espaço para a qualitativa ou que fossem colocadas sugestões e comentários quanto ao curso. Durante o curso a participação nas atividades de planejamento e como docente na disciplina relações humanas no eixo das humanas oportunizou a efetivação da avaliação. Foi realizado o levantamento das avaliações e feito um gráfico de cada disciplina e entregue via e-mail a cada professor, com uma carta de apresentação. Após a análise e elaboração do gráfico de cada disciplina, foi feito o gráfico por eixos, objetivando ter uma análise geral do curso diante as avaliações realizadas. Sendo o tema “Análise de uma Prática de Ensino no Sistema Prisional” abordado de forma a apresentar uma realidade na esfera da licenciatura pouco conhecida por não constar nos discursos na área de educação como pertencendo à educação formal.

2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL

A Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE foi criada pelo Decreto n.º 18.951, de sete de março de 1968, o qual definiu a política penitenciária do Estado, dispôs sobre a organização dos serviços necessários à sua execução uma política para a reorganização administrativa, de planejamento e execução dos serviços penitenciários e da constituição dos órgãos Penitenciários do Estado.

Refere em seu Art. 8º sobre a finalidade da Superintendência dos Serviços Penitenciários e a execução da política Penitenciária do Estado, que consiste em: a) adotar medidas visando ao cumprimento das penas privativas de liberdade, bem como às medidas detentivas de segurança; b) promover a reeducação dos apenados e a reintegração social dos egressos, inclusive através de instrução primária e ensino profissional; c) executar tarefas de reforma, aparelhamento e instalação dos prédios destinados às unidades penitenciárias; d) promover a formação, o aperfeiçoamento e o treinamento de pessoal habilitado a dirigir, organizar, controlar e executar os trabalhos a que se propõe para atingir seus objetivos; e) tomar providências necessárias a fim de proporcionar assistência religiosa aos apenados; f) manter serviços assistenciais e de saúde para os apenados e ainda os relativos a exames biotipológicos e g) coligir bibliografia especializada, bem como a legislação relativa a seu campo de ação.

A Lei nº 5.740, de 24 de dezembro de 1968 dispõe sobre a Escola Penitenciária, com a finalidade de “ministrar cursos especializados em diferentes níveis para servidores e pretendentes a cargos ou funções lotados na Superintendência, especialmente nas unidades da sua rede prisional”. Porém é a Lei n.º 5.745, de 28 de dezembro de 1968 que estrutura a Superintendência dos Serviços Penitenciários da Secretaria do Interior e Justiça, regula seu funcionamento e promove outras providências.

A SUSEPE compreende o Gabinete do Superintendente, Departamento de Estabelecimentos Penais, Instituto de Biotipologia Criminal, Escola Penitenciária, Divisão de Assistência e Controle Legal, Divisão de Saúde, Divisão de Engenharia Prisional; Divisão Educacional e de Atendimento Social, Divisão de Administração.

Com referência no art. 9º, a Escola Penitenciária compete a formação, treinamento e especialização de servidores e candidatos a cargos ou funções

lotados na Superintendência. Iniciou suas atividades no dia 20 de junho de 1969. O primeiro Curso de Formação de Agente de Segurança Penitenciária realizou-se a partir de 10 de novembro de 1969, com duas turmas nas dependências da Penitenciária Estadual do Jacuí e quatro na Capital na Escola de Polícia, devido à falta de instalações da Escola Penitenciária.

O Decreto nº 19.728, de 18 de junho de 1969 regulamentou o funcionamento, estabeleceu a primeira estrutura organizacional, o regime didático e disciplinar e outros aspectos ligados à vida escolar e ao ensino. No Decreto nº 20.768, de sete de dezembro de 1970, passa a denominar-se Escola do Serviço Penitenciário (ESP) e através de Ato Administrativo, do Secretário do Interior e Justiça, modifica a estrutura, a qual teve vigência por pouco tempo.

No Projeto de Resolução nº 70 de junho de 1976 que apresenta o relatório e conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a proceder ao levantamento da situação Penitenciária do país são citadas por Ibrahim Abi-Ackel: Como é possível melhorarmos, se não se profissionaliza a instituição do guarda penitenciário? Ainda Jason Albergaria refere: O sistema penitenciário será letra morta, se não prepararmos o pessoal penitenciário para os estabelecimentos correccionais.

Já na Portaria n.º 343, de 23 de outubro de 1975, do Secretário da Justiça, é introduzida nova estrutura organizacional: Secretaria; Equipe de Ensino; Equipe de Seleção; Gabinete Psicotécnico; Biblioteca; Museu Didático e atuando junto à Direção da Escola como órgão de colaboração (constituída de representantes do Órgão central da SUSEPE) a Comissão Técnico-Disciplinar (COMTEDI).

Álvaro Mayrink da Costa¹ (1976) refere que:

O guarda prisional tem de ter condições de ordem psicológica, tem de ter equilíbrio psicológico, principalmente numa sociedade fechada e neurotizada. Ele precisa ter uma escala de acesso funcional, ele precisa ter uma remuneração, mas ele precisa, acima de tudo para ingressar na carreira, passar pela Escola Penitenciária. Sem a Escola Penitenciária, não vejo sucesso em qualquer reforma.

Ressaltou o Desembargador José Danton de Oliveira² que “o pessoal é a pedra basilar do sistema penitenciário” e que a criação da Escola do Serviço Penitenciário, com a finalidade de ministrar cursos especializados em diferentes

¹ Projeto de Resolução nº 70 de junho de 1976 (da CPI do Sistema Penitenciário)

² Wolff.1991

níveis, proporcionaria a formação de quadros para a melhoria do atendimento prestado e viabilizaria as mudanças político-administrativas que se implementavam.

E assim a Escola foi se estruturando, a princípio com direção de Policiais Civis; após, a direção passa a ser de servidores penitenciários, E a cada mudança de governo, os dirigentes procuram viabilizar novas formas de agir e de repensar as práticas. Atualmente é órgão da Superintendência dos Serviços Penitenciários vinculado a Secretaria da Segurança Pública

O trabalho do servidor penitenciário requer cuidados especiais no que tange à etapa de seleção moral e técnica, além de uma adequada formação profissional, tendo como prioridade a qualidade deste servidor, capacitando-o para o melhor desempenho de suas funções.

O objetivo da Escola do Serviço Penitenciário nos cursos de Formação é de apresentar aos servidores que estão ingressando o que é uma instituição total e as dinâmicas que ali interagem. A proposta de ensino e aprendizagem é voltada à atuação destes no meio carcerário. O conteúdo ocupacional dos cargos e as precárias condições ambientais que este profissional irá enfrentar em sua rotina de trabalho, a sua função dentro da realidade de uma instituição total³, são temas de reflexão de forma a prepará-lo para exercer suas atribuições de forma eficaz.

A Escola do Serviço Penitenciário a cada novo curso deve organizar o planejamento e o projeto a ser apresentado ao Superintendente para aprovação, como referido no Decreto nº 19.728, de 18 de junho de 1969 que dispõe sobre o regulamento da Escola Penitenciária no seguinte artigo:

Art. 10. O planejamento de cada curso, contendo justificativa, duração, currículo, corpo docente, vagas a preencher, local e horário de funcionamento, custos, número de horas aulas teóricas e de aulas práticas, critério de avaliação e de verificação de aprendizagem e dados complementares, será feito pela Direção da Escola e submetido à consideração do Superintendente dos Serviços Penitenciários.

As atividades da Escola do Serviço Penitenciário iniciam com a elaboração do concurso, contatos com demais departamentos da SUSEPE para a elaboração do Edital e contato com terceirizadas para definição do local de realização do curso.

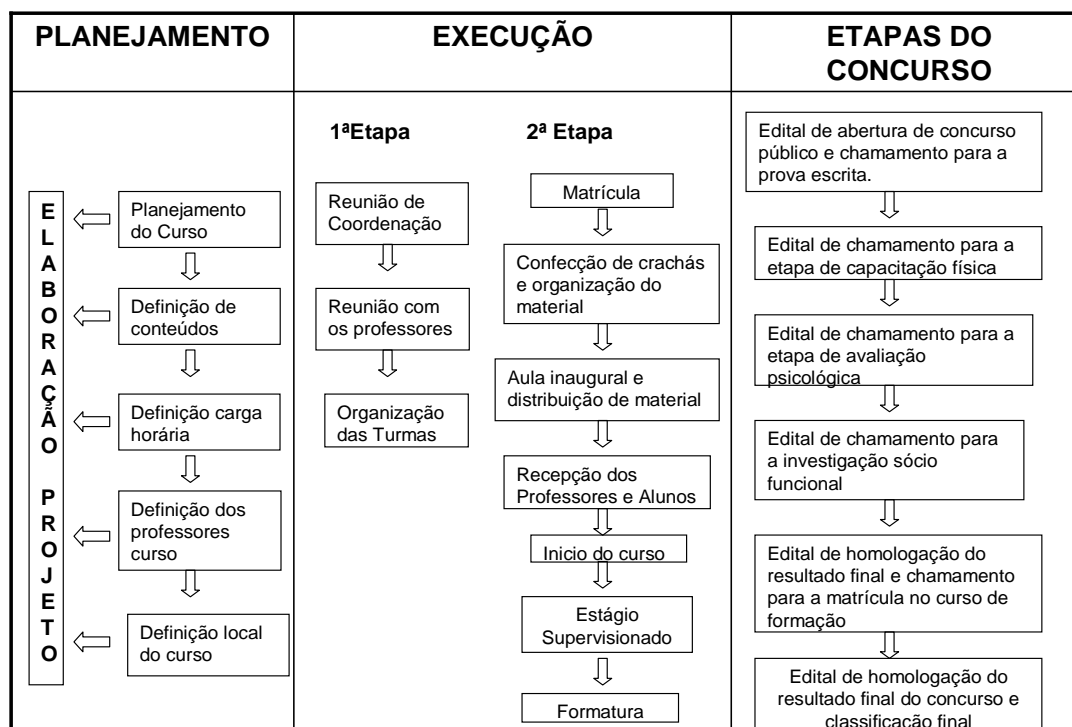
³ Segundo Erving Goffman (1996, p. 11) “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.”

Após se processa toda uma dinâmica de trabalho para se chegar à realização do Curso de Formação. Segundo Rebouças de Oliveira (1992, p. 242):

Fluxograma é a representação gráfica que apresenta a seqüência de um processo de trabalho, de forma analítica, caracterizando as operações, os responsáveis e/ou unidades organizacionais envolvidos no processo.

Apresentamos um exemplo de fluxograma para elaboração e execução do curso de formação, que a Escola executa como forma de dar andamento ao processo:

FLUXOGRAMA DA ESP



Quadro 1-Fluxograma da ESP

Na realização do curso de formação e demais cursos empreendidos pela Escola, toda a dinâmica volta-se ao aluno-servidor, as aulas o capacitam para o futuro desempenho profissional. É necessário que as equipes dos diversos setores que ali atuam, estejam qualificadas para oferecer ao servidor um período de curso favorável. Sabe-se o quanto este processo demanda de dificuldades para o corpo discente, os cursos têm uma carga horária mínima que vai de 180 a 360 horas aula conforme o cargo e ocorrem na Capital e em algumas Regiões Penitenciárias.

Neste período, o aluno recebe uma bolsa de estudos, correspondente ao vencimento básico de cada cargo, vale alimentação, valor que o ajudará nas despesas decorrentes à alimentação, deslocamento e abrigagem, visto que a grande maioria são moradores do interior do estado. É um período difícil de afastamento da família, em que o desgaste físico, emocional e social é sentido. A relevância do trabalho da Escola, portanto, não é voltada só ao aspecto pedagógico, é também ao psicológico e ao social que permeiam todo o processo.

Segundo Feitosa, é importante ressaltar que após o curso de formação é de grande importância a supervisão e o apoio dos agentes penitenciários recém-admitidos por um período necessário à sua adaptação e ao ganho de experiência prática no exercício da atividade prisional. Em seguida, é preciso proporcionar-lhes capacitação continuada, sendo este o momento para desenvolver e ampliar as suas habilidades e competências. E manter-se atualizado quanto aos últimos desenvolvimentos em suas áreas de atuação.

A visão de formação enfatiza a capacidade de adquirir e desenvolver competências, em função de novas informações que se produzem e que demandam um novo tipo de profissional, preparado para lidar com novas tecnologias e linguagens. Desta forma, é preciso garantir ao aluno as condições que instrumentalizem para um processo de educação contínua e permanente.

Perrenoud (2002) ressalta:

Uma competência é um saber-mobilizar. Não se trata de uma técnica ou de mais um saber, mas de uma capacidade de mobilizar um conjunto de recursos - conhecimentos, esquemas de avaliação e de ação, ferramentas, atitudes - a fim de enfrentar com eficácia situações complexas e inéditas.

Embora não se trabalhe com gestão de competências, a lógica dessa nos remete a impulsionar os servidores a desenvolver suas capacidades. Sendo assim, procuramos citar aspectos relativos a competências para complementar os eixos de atuação.



Figura 1

- Desenvolvimento Pessoal-relacionado a aspectos de relacionamentos interpessoais, qualidade de vida, satisfação, motivação, enfim aspectos que interajam na dinâmica de funcionamento do servidor.
- **Competências interpessoais** - Permitir que as pessoas se comuniquem e interajam de forma eficaz. Atitudes e valores pessoais.
- Aperfeiçoamento técnico - Visa ao aprimoramento dos servidores com relação ao desempenho de suas funções, é pontual através de cursos específicos, definidos conforme as necessidades de cada cargo.
- **Competências Técnicas** - Domínio dos métodos e ferramentas específicas para determinada área de trabalho.
- Discussões práticas - Contribuem para a valorização e aperfeiçoamento das práticas, o servidor reflete sobre o seu trabalho e busca alternativas para minimizar ou enfrentar as dificuldades encontradas.
- **Competências Conceituais** - Conhecimento e domínio de conceitos e teorias que embasam as técnicas.

Os espaços de construção do conhecimento devem se caracterizar como espaços de formação e informação, pois devem possibilitar o desenvolvimento de capacidades que permitam compreender e intervir nos fenômenos sociais e culturais, num constante processo de reflexão contínua. A proposta pedagógica visa, junto ao educando⁴:

- reconhecimento da dignidade da pessoa humana e do valor de cada indivíduo, através da ênfase em valores como cidadania, direitos humanos e relações interpessoais;
- a elevação do nível de consciência crítica;
- caráter interdisciplinar dos conteúdos;
- diversificação de atividades através da participação ativa, interativa e contextualizada, para desenvolvimento da potencialidade dos alunos;
-

⁴ Proposta Pedagógica da Escola Penitenciária - II Curso de Formação de Auxiliar de Serviços Penitenciários/3ª Edição- XXX Curso de Formação de Agente Penitenciário/4ª Edição- X Curso de Formação de Monitor Penitenciário- 2003.

Proposta pedagógica e autonomia da escola- José Pires Azanha
Publicação: A escola de cara nova. Planejamento. São Paulo: SE/CENP, 2000

- educação para o saber fazer, visando à análise crítica dos conhecimentos e a compreensão emocional da realidade, respeitando as peculiaridades de cada profissão, instigando a capacidade de tomada de decisão.
- As ações de ensino deverão, portanto, estar vinculadas às reais necessidades das instituições e dos servidores da Secretaria da Segurança, buscando a interação entre o agir, o pensar e o fazer, para desta forma atingir os objetivos de formação, capacitação e qualificação profissional em consonância com as demandas sociais.

Conforme José Pires Azanha:

Num projeto pedagógico, tudo é relevante na teia das relações escolares, porque todas elas são potencialmente educativas ou deseducativas. Ensinar bem, por exemplo, não é apenas ensinar eficientemente uma disciplina, mas é também o êxito em integrar esse ensino aos ideais educativos da escola. Enfim, o importante é a motivação e o empenho comum numa reflexão institucionalmente abrangente e o firme propósito de alterar práticas nos sentidos indicados por essa reflexão. Para isso, não há fórmulas prontas e convém não esperar auxílio de uma inexistente “ciência dos projetos” ou de roteiros burocratizados.

Os professores que compõem a equipe docente da Escola Penitenciário são servidores do quadro que possuem experiência na função, assim são capacitados a repassarem aos alunos os conteúdos que fazem parte do exercício profissional. Alguns professores pertencem a outros órgãos da Secretaria da Justiça ou Segurança como Brigada Militar, Instituto Geral de Perícias e Polícia Civil, os quais também complementam os programas de formação do servidor penitenciário. Procura-se fazer reuniões com a equipe a fim de rever conteúdos e dinamizar as rotinas escolares.

José Augusto Dias (1997) refere:

A educação é claramente um trabalho de equipe, de que participam não só os professores, mas também o diretor e demais funcionários da escola. É um trabalho conjunto, que se torna tanto mais produtivo quanto mais a equipe for capaz de trabalhar entrosadamente. O entrosamento do trabalho (coordenação) é basicamente uma questão administrativa, mas não é necessariamente um problema apenas do administrador; todos podem e devem participar do esforço de coordenação. Nenhum professor pode pretender realizar bem sua tarefa ignorando o que fazem os outros professores. O ensino de uma disciplina não tem sentido isoladamente, mas sim na medida em que contribui, em harmonia com as demais disciplinas, para a formação que o aluno recebe. Portanto, participar da

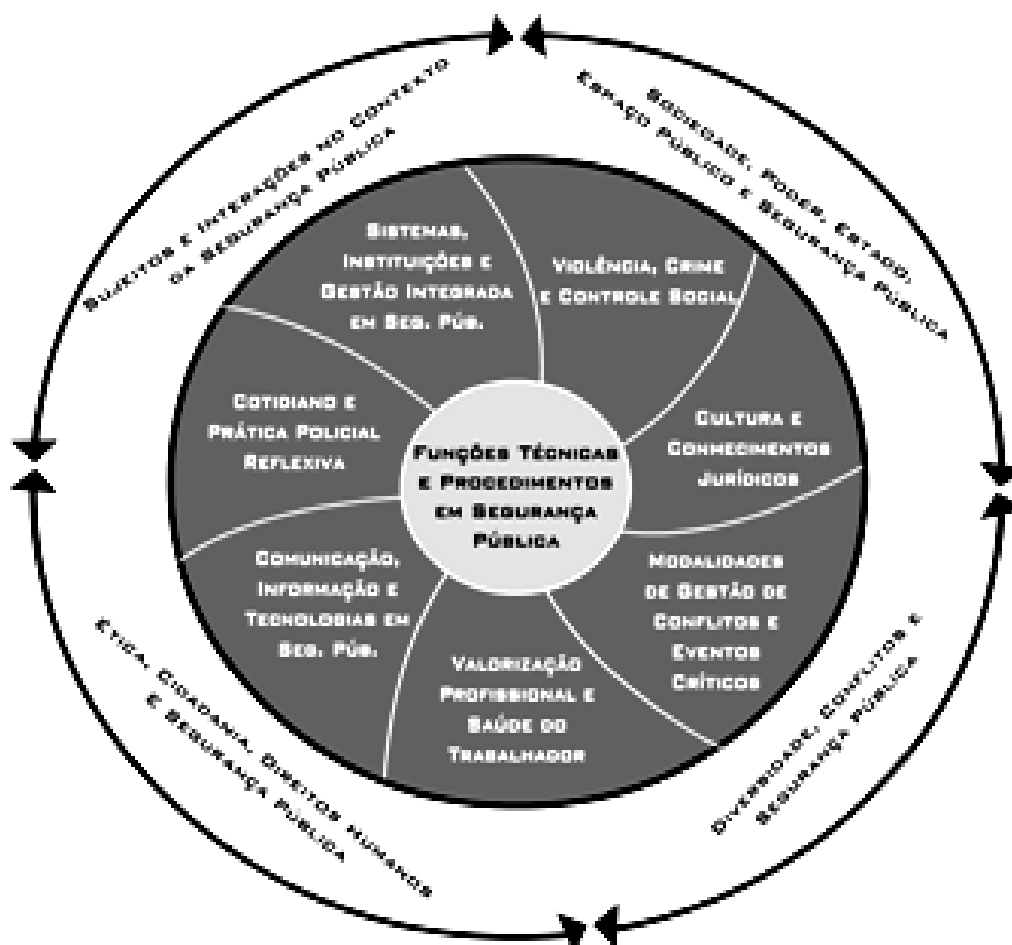
coordenação do trabalho (que é, em princípio, uma questão administrativa) é uma responsabilidade irrecusável de todo professor.

Os objetivos da Escola Penitenciária nos Cursos de Formação visam a propiciar ao futuro servidor penitenciário aportes teóricos e práticos, para que, de forma participativa, adquiram conhecimento e capacitação para as atribuições inerentes ao cargo.

A organização curricular busca atingir os objetivos, geral e específico, visando a uma maior eficácia do processo de ensino-aprendizagem, ao melhor aproveitamento dos conteúdos programáticos, à adequada condução didática do curso e indo ao encontro da perspectiva pedagógica adotada pelo Plano Curricular de Formação para os Servidores da Segurança Pública.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) é um referencial nacional para as atividades de formação em Segurança Pública que fomenta a reflexão e orientação garantindo a coerência das políticas de melhoria da qualidade da Educação em Segurança Pública, bem como de desempenho profissional e institucional. Fundamentada numa concepção mais abrangente e dinâmica de currículo, ela propõe instrumentos que permitam orientar práticas formativas e situações de trabalho em Segurança Pública, proporcionando a unidade na diversidade, a partir do diálogo entre Eixos Articuladores e Áreas Temáticas.

Os Eixos Articuladores estruturam o conjunto dos conteúdos formativos, em que foram definidos por sua pertinência na discussão da Segurança Pública e por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, enfrentadas por seus profissionais, considerados de abrangência nacional. As Áreas Temáticas contemplam os conteúdos indispensáveis à formação do profissional da segurança pública, isto é, devem convergir para capacitá-los no exercício de sua função.



Quadro 2 - Matriz Curricular Nacional

A metodologia é o elemento central na execução do currículo, pois possibilita o desenvolvimento do processo pedagógico. A Escola do Serviço Penitenciário apresenta uma metodologia que diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre os aspectos teóricos e as questões vivenciadas na realidade profissional.

Faz-se necessário a elaboração de um plano de estágio buscando objetivar o desenvolvimento das atividades, proporcionando ao aluno a oportunidade de vivenciar as práticas e as rotinas dos Estabelecimentos Prisionais, através das atividades de observação, participação, execução e colaboração em tarefas práticas, capacitando o futuro servidor às atribuições inerentes ao cargo.

O Estabelecimento Penal ao receber o estagiário deverá dispor de um supervisor que se encarregará de apresentar ao estagiário o respectivo Estabelecimento e distribuir as atividades a serem exercidas pelo mesmo; observar as tarefas proporcionando o desenvolvimento através de uma orientação e

supervisão voltada principalmente à adequação das práticas administrativas; informar aos coordenadores da Escola do Serviço Penitenciário quanto ao andamento das tarefas, frequência e procedimentos dos alunos durante a execução do estágio, bem como proceder a sua avaliação através de instrumento elaborado pela Escola.

O processo de avaliação dos Cursos de Formação realizados pela Escola do Serviço Penitenciário preenche os requisitos para a certificação quanto à última etapa do concurso público, onde a classificação final depende das notas obtidas durante o período letivo. A avaliação dos conteúdos ensinados envolve a capacidade de aprendizado e de reflexão crítica, com intuito de não ser apenas um instrumento de medição, mas da qualidade do ensino proposto.

Hamze (2007) refere:

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica... A avaliação quando dialógica culmina na interação e no sucesso da aprendizagem, pois o diálogo é fundamental, e o professor através dela se comunica de maneira adequada, satisfatória e prazerosa com o aluno.

A auto-avaliação também é um instrumento utilizado em qualquer curso administrado pela Escola Penitenciária, oportunizando uma leitura do alcance dos objetivos propostos e viabilizando sugestões para a elaboração de futuros cursos que atendam a demanda institucional.

A dinâmica das avaliações requer um constante repensar tanto no que se refere à relação com o corpo discente como docente o que representará uma perspectiva de retro alimentação do processo ensino-aprendizagem. Salienta ainda Hamze⁵(2007):

Rever o ponto de vista de avaliação é rever certamente as concepções de ensino aprendizagem, de educação e de escola, apoiado em princípios e valores comprometidos com a instituição de aluno cidadão. Quando isso for colocado em prática, a avaliação será vista como função diagnóstica, dialógica e transformadora da realidade escolar.

⁵ Amélia Hamze - Pedagogia- Brasil Escola- (2007)

A Escola Penitenciária além das solicitações referentes aos cursos de formação, curso de qualificação e de aperfeiçoamento oportuniza eventos como seminários, encontros, publicações. Sabemos que a carência de recursos humanos e materiais perpassam todos os segmentos da SUSEPE. A Escola não possui sede própria, necessitando pleitear espaços fora para realizar suas atividades. Para realizar um curso para os servidores das regiões penitenciárias, necessita de diárias para o deslocamento, ou dos servidores ou da própria Escola e quando está envolvida em um curso faltam recursos pessoais para, concomitantemente, realizar outra atividade. Uma prática incomum em órgão público é à busca de recursos de terceiros para efetivar algumas de suas iniciativas.

3 PERFIL DOS ALUNOS⁶

O XXX Curso de Formação para Agentes Penitenciários e Agentes Penitenciários Administrativos (2ª Ed.) da Escola Penitenciária realizou-se no período de 21 de setembro a 27 de novembro de 2009, com oito turmas de Agentes Penitenciários nas dependências da Academia de Polícia Civil-ACADEPOL e uma turma de Agentes Penitenciários Administrativos na Escola Penitenciária, totalizando 392 alunos.

Os alunos Agentes Penitenciários tinham entre 24 e 51 anos de idade e os Agentes Penitenciários Administrativos entre 25 e 48 anos. Em relação ao estado civil, os Agentes Penitenciários eram 65,60% casados, 31,56% solteiros, 2,48% separados ou divorciados e 0,35% viúvos, já os Agentes Penitenciários Administrativos eram 47,73% casados, 47,73% de solteiros e 2,27% de separados.

Diante dos dados relativos à escolaridade, destaca-se que, em primeiro lugar, aparece com 62% alunos ingressos com Ensino Médio completo para os AP e 50% para os APA. Em segundo lugar, alunos com ensino superior incompleto abrangem 21% de AP e 25% de APA. Posteriormente, verifica-se 15,38% de alunos com ensino superior completo de AP e 22,5% de APA. Também no levantamento 1% de alunos AP com ensino técnico e pós-graduação, e somente 2,5% dos APA com pós-graduação.

⁶ Material elaborado pela Psicóloga Lutiana Ricaldi da Rosa, professora da Disciplina Saúde do Trabalhador e integrante da Escola Penitenciária.

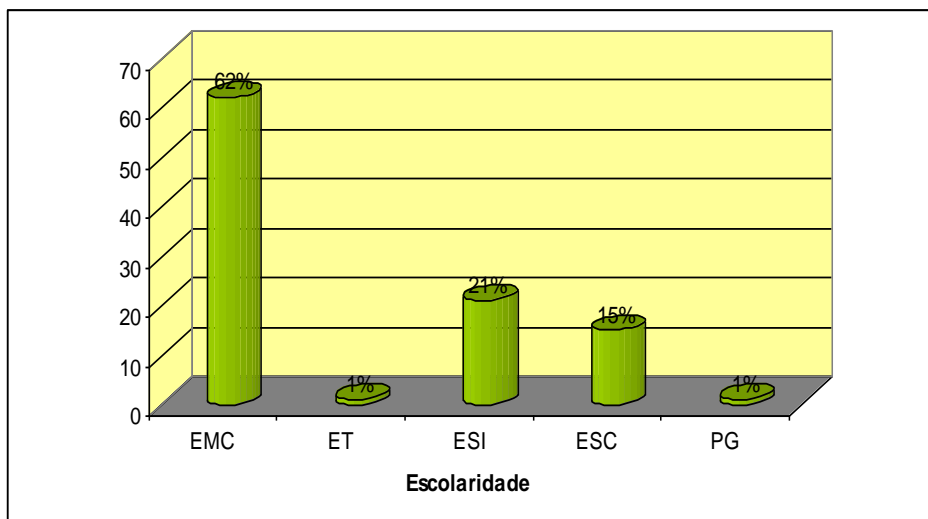


Gráfico 1- Agentes Penitenciários

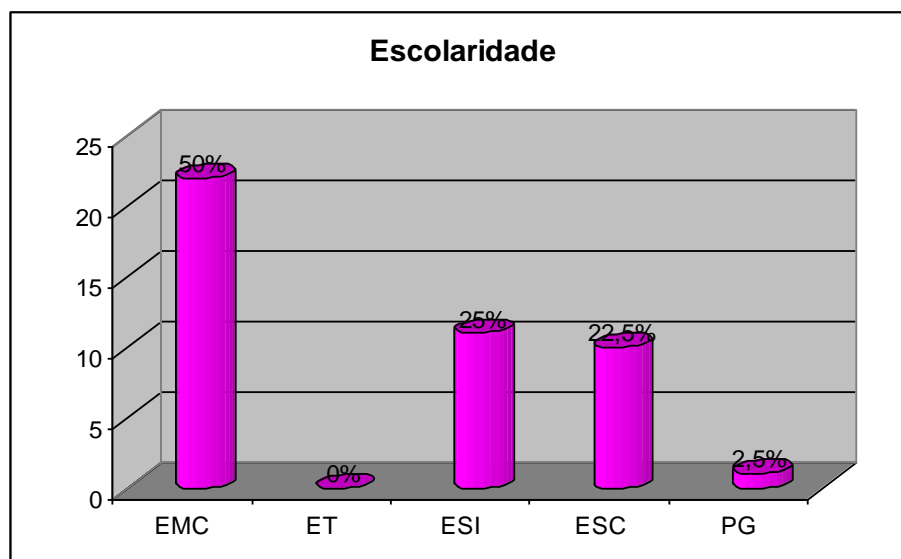


Gráfico 2- Agentes Penitenciários Administrativos

REGIÃO PENITENCIÁRIA E CIDADES DE ORIGEM CORRESPONDENTE	
1ªRP	Canoas, Gravataí, Maquiné, Novo Hamburgo, Parobé, Portão, Osório, São Leopoldo, Torres e Tramandaí.
2ªRP	Nova Esperança do Sul, Santa Maria, Santiago, São Sepé, São Francisco de Assis, Tupanciretã.
3ªRP	Catuípe, Cerro Largo, Ijuí, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Borja, São Luiz Gonzaga, Santo Antônio das Missões, Três Passos e Tucunduva.
4ªRP	Frederico Westphalen, Getúlio Vargas, Iraí, Jacutinga, Palmeira das Missões, Passo Fundo, Ronda Alta e Soledade.
5ªRP	Canguçu, Pelotas, Rio Grande, Santa Vitória do Palmar, São José do Norte e São Lourenço do Sul.
6ªRP	Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Lavras do Sul, Rosário do Sul, Santana do Livramento, São Gabriel, Quaraí e Uruguaiana.
7ªRP	Carlos Barbosa, Caxias do Sul, Guaporé, Lagoa Vermelha, Nova Prata e Vacaria.
8ªRP	Candelária, Encruzilhada do Sul, Rio Pardo, Santa Cruz do Sul, São Jerônimo e Venêncio Aires.
9ªRP	Alvorada, Arroio dos Ratos, Butiá, Cachoeirinha, Charqueadas, Guaíba, Montenegro e Porto Alegre.

Quadro 3

Também foi possível detectar a cidade das quais os mesmos são provenientes e correlacionar a região penitenciária (cada região penitenciária é formada de 10 cidades que possuem presídio). Sendo assim, verifica-se que alunos da 2ªRP obtiveram uma busca e aprovação maior por inserção na SUSEPE apresentando porcentagem de 23,69%. Em segundo lugar, apresentaram-se com 21,58% alunos da 6ªRP. Em terceiro lugar, os alunos da 9ªRP demonstraram percentual de 15,07%. Em seguida, com 12% estão os alunos da 3ªRP, 9,23% alunos da 1ªRP, 7,38% alunos da 5ªRP e 4% alunos da 8ªRP. Com apenas 3,38% apareceram os alunos da 4ªRP e 7ªRP.

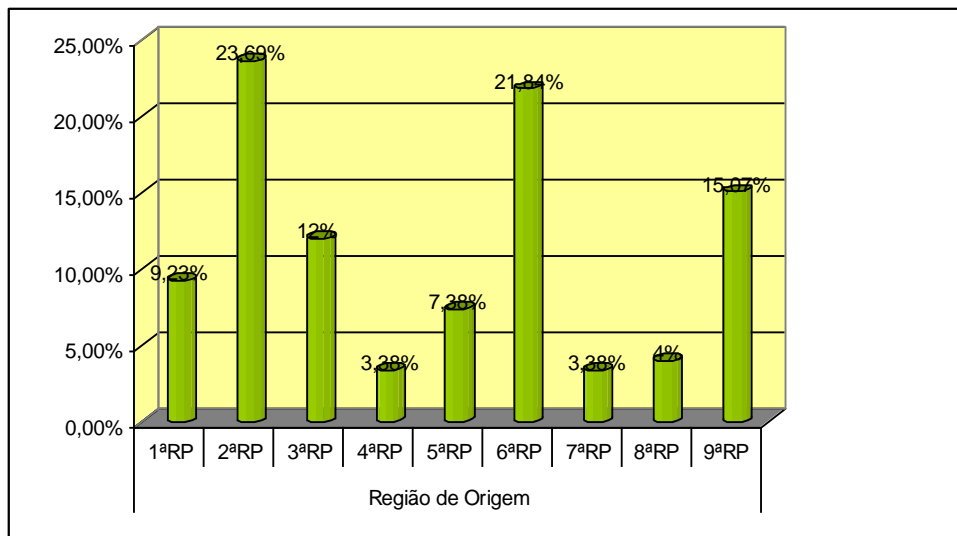


Gráfico 3- Agentes Penitenciários

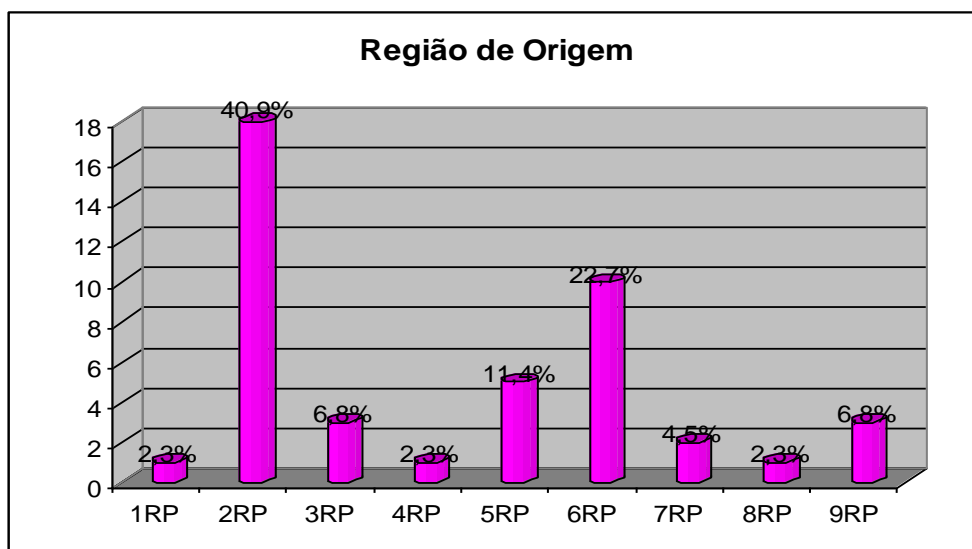


Gráfico 4- Agentes Penitenciários Administrativos

4 LEVANTAMENTO DOS DADOS

Durante o Curso de Formação para as duas áreas, foram ministradas 25 disciplinas por 54 professores, com carga horária para os Agentes Penitenciários de 480 horas-aula e para Agentes Penitenciários Administrativos de 365 horas-aula. Devido ao grande número de turmas (nove) foi necessário que as disciplinas tivessem mais de um professor para que se pudesse fechar o quadro horário. Além disso, as disciplinas do Eixo operacional, como o Uso de Arma de Fogo, o Uso Progressivo da Força e Defesa Pessoal tiveram mais de um professor em cada aula, por envolverem atividade física, uso de armas e algemas, carecendo de cuidado e controle maiores.

DISCIPLINAS POR EIXOS

EIXOS	DISCIPLINAS	OBJETIVO	NÚMERO DE PROFESSORES AVALIADOS
Eixo do Direito	Ética na Função Pública; Noções de Direito Penal, Noções de Direito Constitucional, LEP, Noções de Elementos Jurídicos, Atividade Administrativa. TOTAL- 6	Disciplinas básicas para o exercício do cargo envolvendo a questão administrativa e de segurança, bem como da relação funcional e dos apenados nos estabelecimentos penais.	16
Eixo das Humanas	Atendimento a Saúde, Direitos Humanos, Relações Humanas, Saúde do Trabalhador, Saúde Mental, Tratamento Penal, Gerenciamento de Crises, Saúde Pública Aplicada. TOTAL- 8	Disciplinas técnicas e básicas para a prática institucional no exercício do cargo.	21
Eixo Operacional	Administração Penitenciária, Atividade de Controle Legal e Cadastro, Administração de Recursos Humanos, Defesa Pessoal, Informática, Inteligência Penitenciária, Língua Portuguesa, Segurança e Vigilância, Uso da Arma de Fogo, Uso Progressivo da Força, Noções de Elementos de Segurança. TOTAL- 11	As Disciplinas do Eixo Operacional pretendem possibilitar o contato com disciplinas mais dinâmicas, sendo ferramentas a serem utilizadas pelo servidor no momento em que deverão atender às exigências operativas dos Estabelecimentos Prisionais, envolvendo a administração, segurança, vigilância e custódia dos apenados, assim como o objetivando a participação na prática institucional.	17

Quadro 4

Ao final do Curso foi entregue a cada aluno uma ficha de avaliação (anexo), para que pudessem relacionar o professor de cada disciplina e assim avaliá-lo conforme alguns critérios estabelecidos. Além da avaliação quantitativa havia um espaço para uma avaliação qualitativa que consistia em sugestões e comentários quanto ao curso. Foi salientado aos alunos o objetivo da avaliação, a não necessidade de identificação e nem a obrigatoriedade da realização da mesma, E

que, após o levantamento os dados seriam repassados aos professores. Alguns alunos entregaram as fichas em branco representando uma percentagem de 3%. Muitos alunos durante a avaliação qualitativa expressaram opiniões de desagrado quanto à metodologia de determinado professor e perguntavam se realmente seria oportunizada ao professor a leitura dessas avaliações.

Foi realizado o levantamento das avaliações e feito um gráfico de cada disciplina e entregue via e-mail a cada professor, com uma carta de apresentação (anexo). Aos professores que apresentaram críticas específicas foi feito o contato pessoal com o objetivo de refletir sobre os pontos abordados pelos alunos. Tivemos retorno de alguns professores que consideraram importante este *feedback*.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

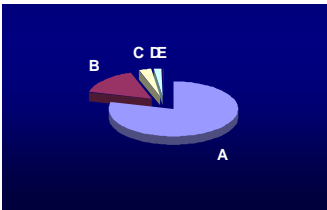
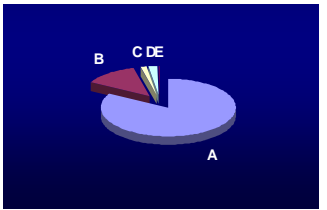
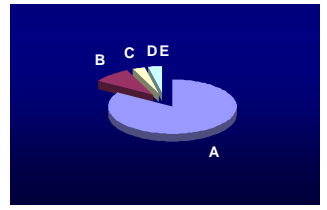
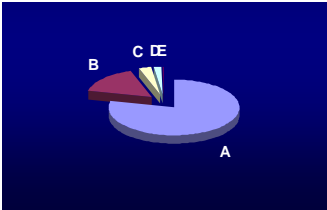
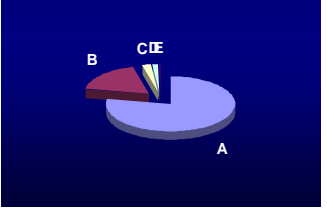
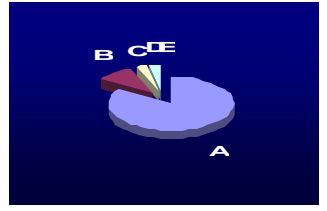
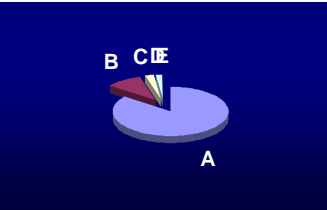
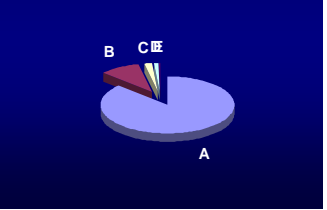
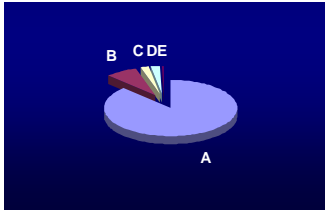
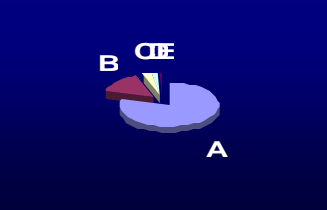
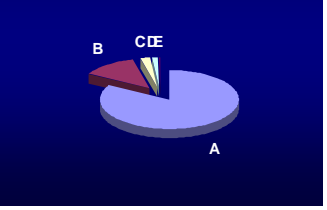
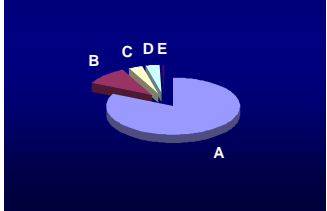
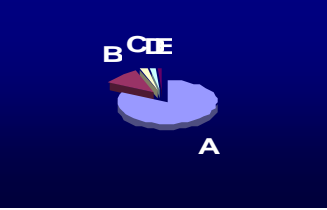
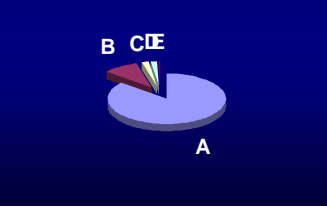
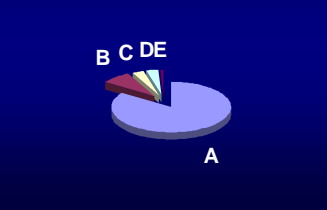
Após a análise e elaboração do gráfico de cada disciplina foi feito o gráfico por eixos, objetivando ter uma análise mais geral das avaliações realizadas, os quais estão relacionados a seguir:

Avaliação dos alunos do XXX Curso de Formação de Agente Penitenciário e
III Curso de Formação de Agente Penitenciário Administrativo- 2ª edição /2009

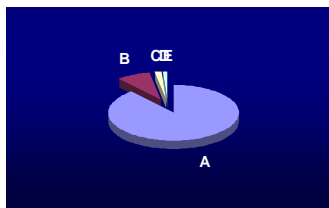
Critérios:

- A - O desempenho é muito bom neste aspecto.**
B - O desempenho é geralmente bom (É preciso melhorar um pouco).
C - O desempenho é geralmente fraco (É necessário melhorar).
D - O desempenho é deficiente (É preciso melhorar muito).
E - Não sei avaliar (ou não há elementos suficientes para avaliação).

Total de Alunos 392	Agente Penitenciário – 348
	Agente Penitenciário Administrativo – 44

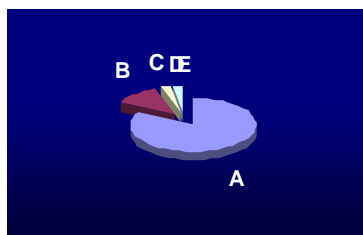
EIXO DO DIREITO	EIXO DAS HUMANAS	EIXO OPERACIONAL
<p>1- Preparação das aulas?</p>  <p>A-1202, B-241, C-49, D-27, E-5</p>	<p>1- Preparação das aulas?</p>  <p>A-2187, B-338, C-63, D-59, E-9</p>	<p>1- Preparação das aulas?</p>  <p>A-2205, B-257, C-86, D-92, E-18</p>
<p>2- Habilidade em selecionar e usar materiais e atividades variadas de ensino?</p>  <p>A-1199, B-245, C-50, D-26, E-6</p>	<p>2- Habilidade em selecionar e usar materiais e atividades variadas de ensino?</p>  <p>A-2203, B-524, C-65, D-38, E-7</p>	<p>2- Habilidade em selecionar e usar materiais e atividades variadas de ensino?</p>  <p>A-2219, B-272, C-71, D-81, E-15</p>
<p>3- Domínio e atualização dos conteúdos desenvolvidos?</p>  <p>A-1300, B-158, C-37, D-25, E-6</p>	<p>3- Domínio e atualização dos conteúdos desenvolvidos?</p>  <p>A-2306, B-261, C-49, D-34, E-6</p>	<p>3- Domínio e atualização dos conteúdos desenvolvidos?</p>  <p>A-2257, B-198, C-49, D-56, E-17</p>
<p>4- Habilidade em ajustar o ritmo de ensino para favorecer a aprendizagem?</p>  <p>A-1207, B-235, C-47, D-31, E-5</p>	<p>4- Habilidade em ajustar o ritmo de ensino para favorecer a aprendizagem?</p>  <p>A-2205, B-348, C-56, D-38, E-9</p>	<p>4- Habilidade em ajustar o ritmo de ensino para favorecer a aprendizagem?</p>  <p>A-2177, B-289, C-86, D-94, E-12</p>
<p>5- Disponibilidade em orientar em sala de aula alunos com dificuldades?</p>  <p>A-1253, B-182, C-49, D-30, E-12</p>	<p>5- Disponibilidade em orientar em sala de aula alunos com dificuldades?</p>  <p>A-2290, B-252, C-58, D-44, E-12</p>	<p>5- Disponibilidade em orientar em sala de aula alunos com dificuldades?</p>  <p>A-2238, B-223, C-83, D-88, E-20</p>

6- Habilidade em tratar o aluno de forma que haja respeito mútuo?



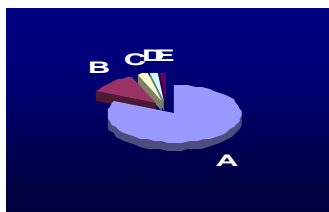
A-1354, B-128, C-26, D-15, E-1

7- Relacionar os conteúdos com a prática do profissional no contexto penitenciário?



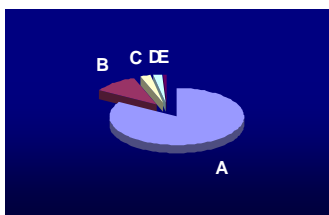
A-1268, B-182, C-42, D-31, E-6

8- Capacidade em aceitar sugestões para melhorar o ensino e a aprendizagem?



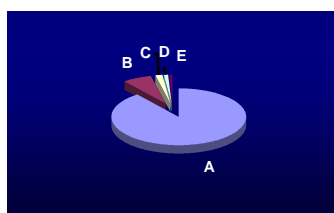
A-1251, B-181, C-39, D-28, E-23

9- Levantar em conta as experiências dos alunos no desenvolvimento da disciplina?



A-1270, B-170, C-39, D-31, E-14

10- Postura adequada como professor e servidor público?



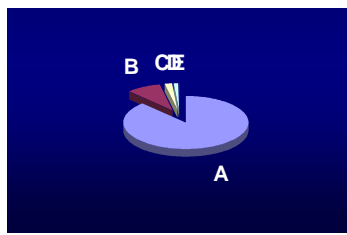
A-1366, B-106, C-26, D-17, E-11

6- Habilidade em tratar o aluno de forma que haja respeito mútuo?



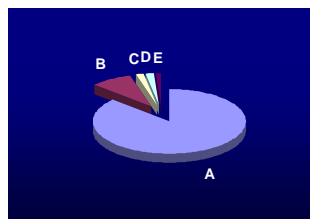
A-2405, B-173, C-31, D-40, E-5

7- Relacionar os conteúdos com a prática do profissional no contexto penitenciário?



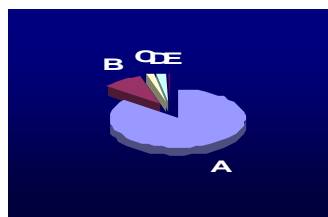
A-2334, B-232, C-53, D-29, E-8

8- Capacidade em aceitar sugestões para melhorar o ensino e a aprendizagem?



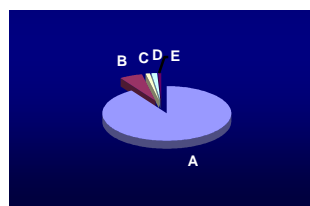
A-2151, B-220, C-39, D-44, E-26

9- Levantar em conta as experiências dos alunos no desenvolvimento da disciplina?



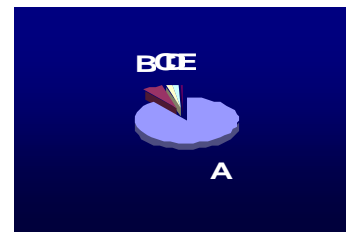
A-2331, B-225, C-41, D-40, E-12

10- Postura adequada como professor e servidor público?



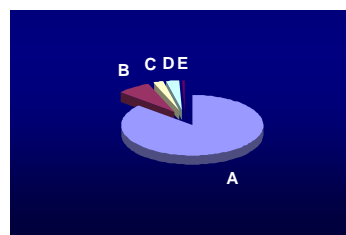
A-2413, B-153, C-34, D-36, E-20

6- Habilidade em tratar o aluno de forma que haja respeito mútuo?



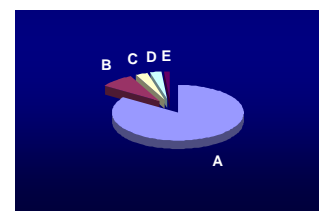
A-2388, B-160, C-45, D-53, E-12

7- Relacionar os conteúdos com a prática do profissional no contexto penitenciário?



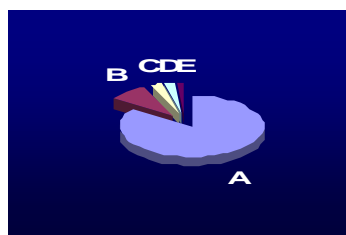
A-2298, B-203, C-60, D-80, E-17

8- Capacidade em aceitar sugestões para melhorar o ensino e a aprendizagem?



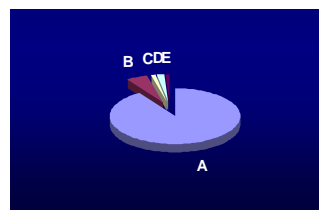
A-2250, B-219, C-79, D-75, E-39

9- Levantar em conta as experiências dos alunos no desenvolvimento da disciplina?

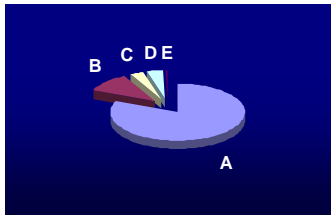
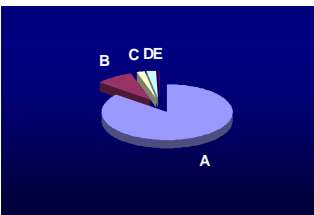
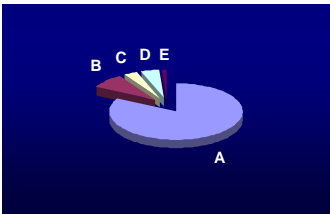
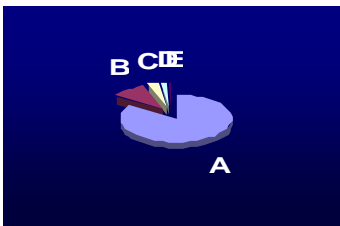
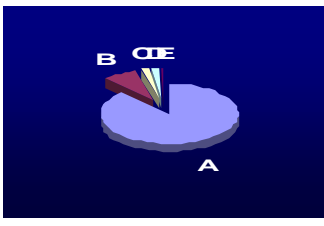
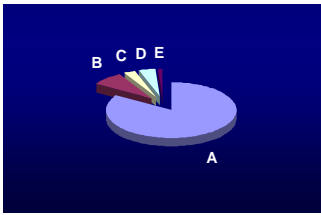
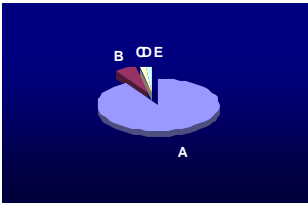
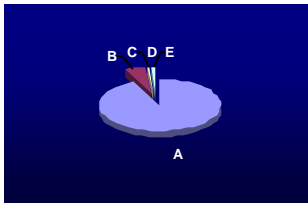
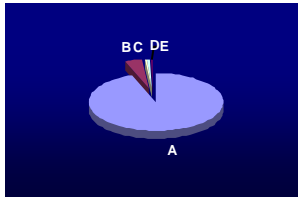
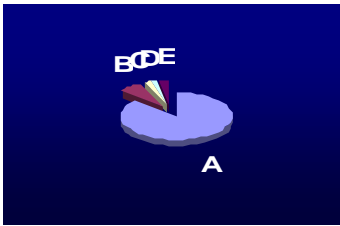
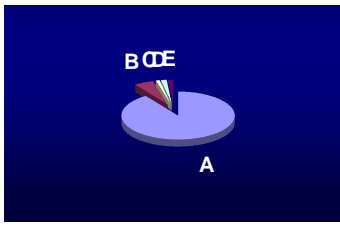
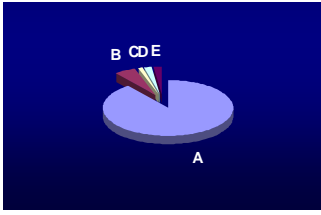


A-2257, B-241, C-63, D-72, E-28

10- Postura adequada como professor e servidor público?



A-2412, B-146, C-29, D-52, E-19

<p>11- De forma clara os critérios de avaliação aos alunos?</p>  <p>A-1232, B-171, C-43, D-62, E-7</p>	<p>11- De forma clara os critérios de avaliação aos alunos?</p>  <p>A-2278, B-258, C-50, D-54, E-18</p>	<p>11- De forma clara os critérios de avaliação aos alunos?</p>  <p>A-2202, B-220, C-90, D-117, E-29</p>
<p>12- Compatibilização entre a avaliação e conteúdos efetivamente trabalhados?</p>  <p>A-1184, B-146, C-50, D-49, E-9</p>	<p>12- Compatibilização entre a avaliação e conteúdos efetivamente trabalhados?</p>  <p>A-2332, B-210, C-54, D-40, E-18</p>	<p>12- Compatibilização entre a avaliação e conteúdos efetivamente trabalhados?</p>  <p>A-2229, B-217, C-75, D-109, E-28</p>
<p>13- Comprometimento com os horários estabelecidos?</p>  <p>A-1388, B-86, C-22, D-21, E-6</p>	<p>13- Comprometimento com os horários estabelecidos?</p>  <p>A-2472, B-128, C-27, D-19, E-7</p>	<p>13- Comprometimento com os horários estabelecidos?</p>  <p>A-2476, B-109, C-20, D-11, E-15</p>
<p>14- Competência para orientar e supervisionar a utilização de equipamentos no desenvolvimento das aulas práticas?</p>  <p>A-1323, B-105, C-25, D-30, E-41</p>	<p>14- Competência para orientar e supervisionar a utilização de equipamentos no desenvolvimento das aulas práticas?</p>  <p>A-2400, B-146, C-29, D-42, E-38</p>	<p>14- Competência para orientar e supervisionar a utilização de equipamentos no desenvolvimento das aulas práticas?</p>  <p>A-2382, B-138, C-31, D-57, E-48</p>

Quadro 5

5.1 AVALIAÇÃO POR EIXOS-PERCENTUAL QUESITO A

Avaliação dos alunos do XXX Curso de Formação de Agente Penitenciário e III Curso de Formação de Agente Penitenciário Administrativo- 2ª edição /2009

Critérios:

- A - O desempenho é muito bom neste aspecto.**
B - O desempenho é geralmente bom (É preciso melhorar um pouco).
C - O desempenho é geralmente fraco (É necessário melhorar).
D - O desempenho é deficiente (É preciso melhorar muito).
E - Não sei avaliar (ou não há elementos suficientes para avaliação).

{ AP- 348
 Total de alunos: 392
 APA- 44

Legenda: ■ O-Eixo Operacional

EH-Eixo ■ s Humanas

ED-Eixo ■ Direito

Questionário de desempenho-O professor demonstrou:

1-Preparação das aulas?

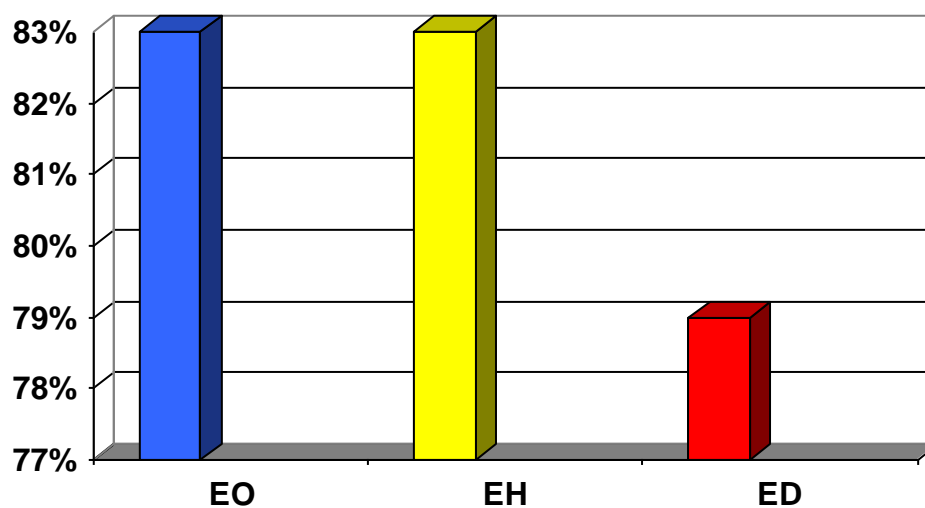


Gráfico 5

2-Habilidade em selecionar e usar materiais e atividades variadas de ensino?

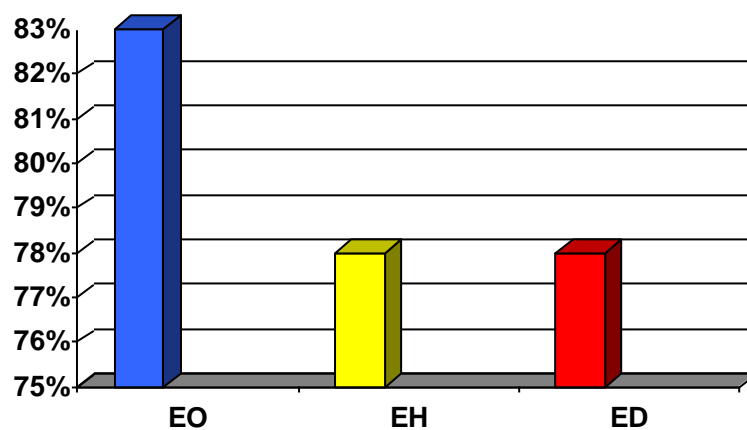


Gráfico 6

3-Domínio e atualização dos conteúdos desenvolvidos?

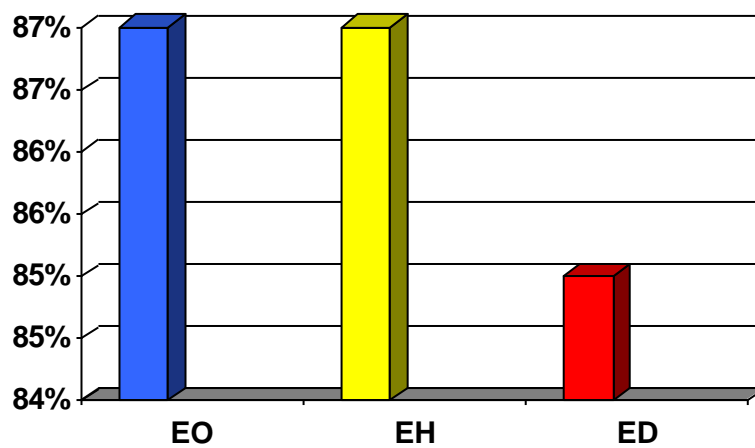


Gráfico 7

4-Habilidade em ajustar o ritmo de ensino para favorecer a aprendizagem?

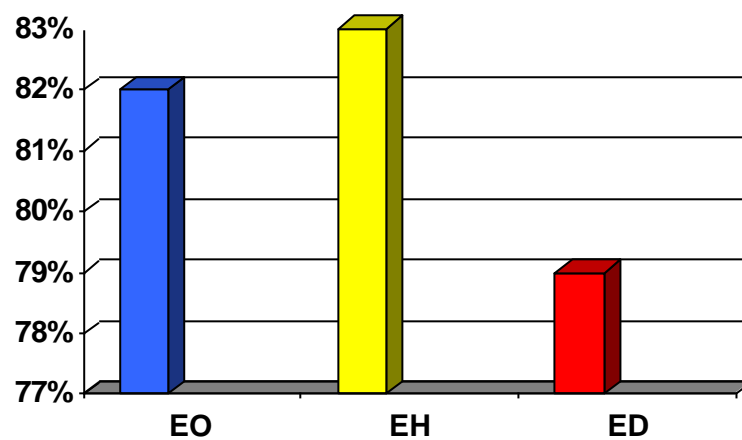


Gráfico 8

5- Disponibilidade em orientar em sala de aula alunos com dificuldades?

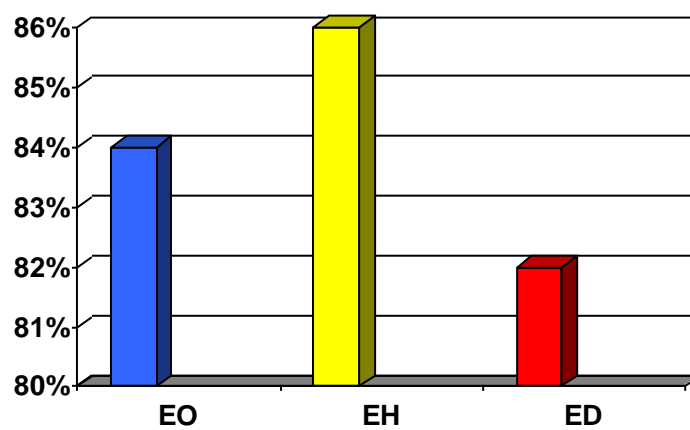


Gráfico 9

6- Habilidade em tratar o aluno de forma que haja respeito mútuo?

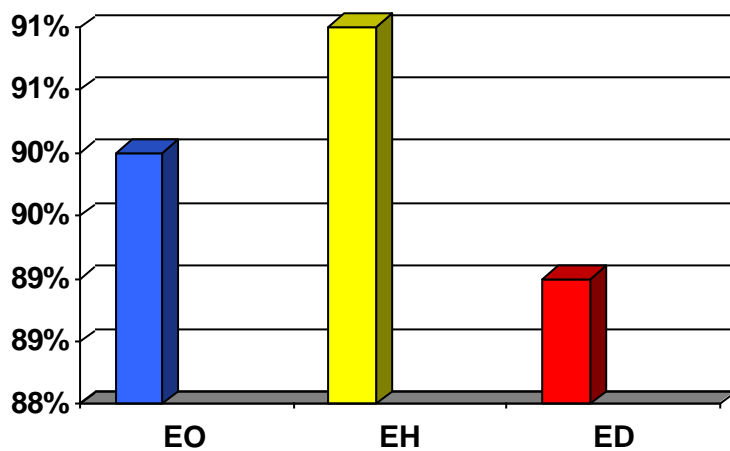


Gráfico 10

7- Relacionar os conteúdos com a prática do profissional no contexto penitenciário?

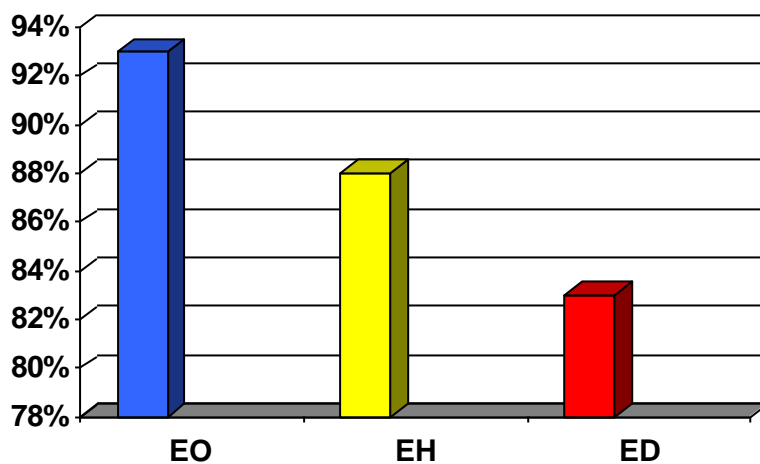


Gráfico 11

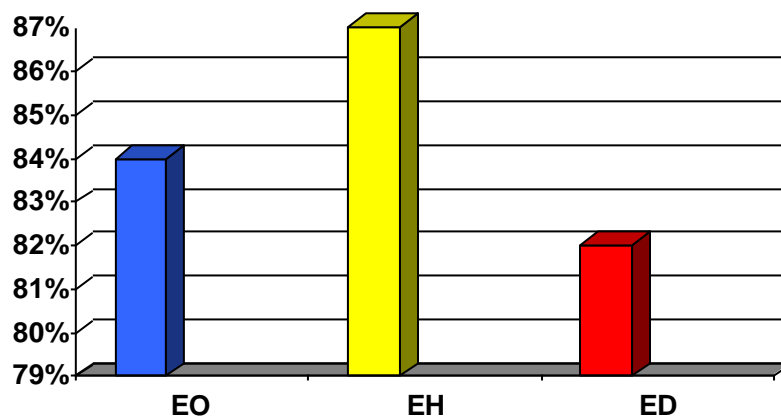
8- Capacidade em aceitar sugestões para melhorar o ensino e a aprendizagem?

Gráfico 12

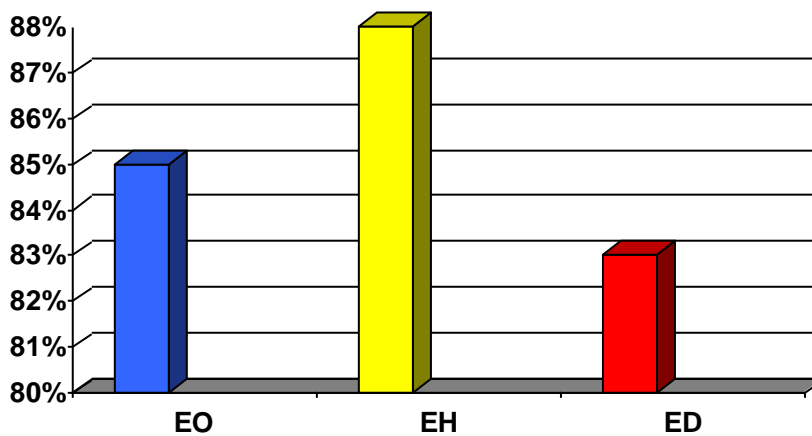
9- Levar em conta as experiências dos alunos no desenvolvimento da disciplina?

Gráfico 13

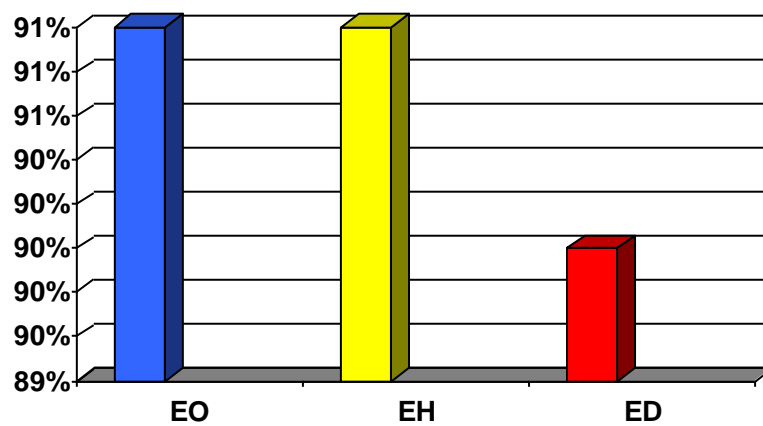
10- Postura adequada como professor e servidor público?

Gráfico 14

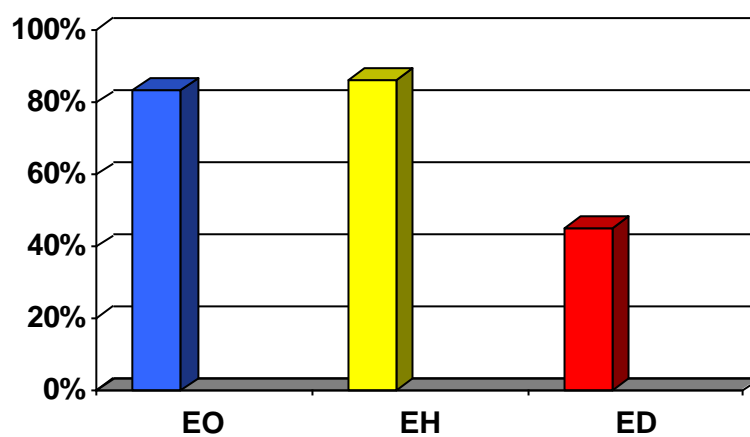
11- De forma clara os critérios de avaliação aos alunos?

Gráfico 15

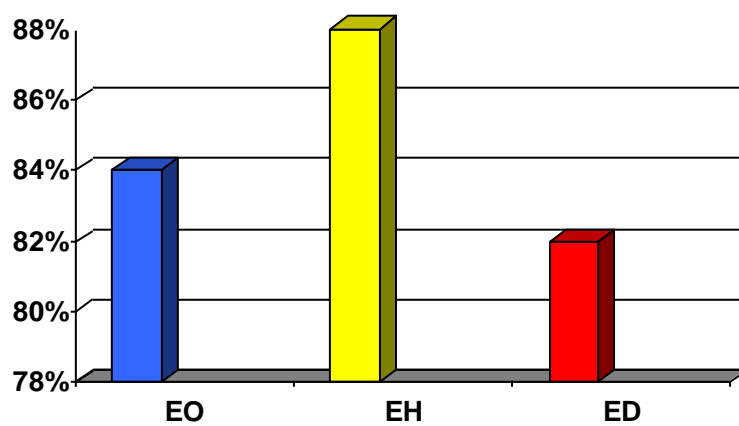
12- Compatibilização entre a avaliação e conteúdos efetivamente trabalhados?

Gráfico 16

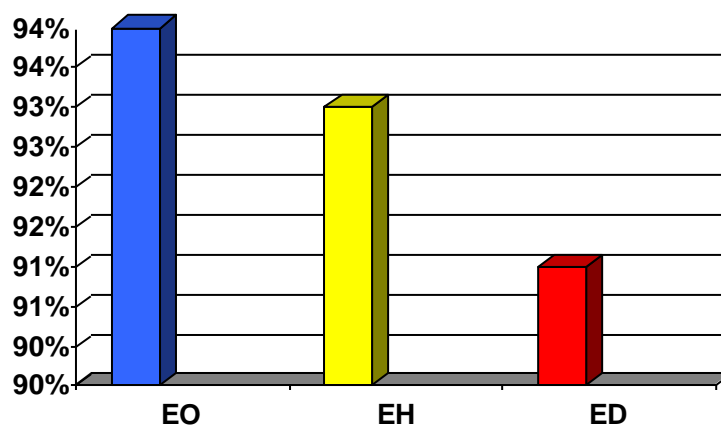
13- Comprometimento com os horários estabelecidos?

Gráfico 17

14- Competência para orientar e supervisionar a utilização de equipamentos no desenvolvimento das aulas práticas?

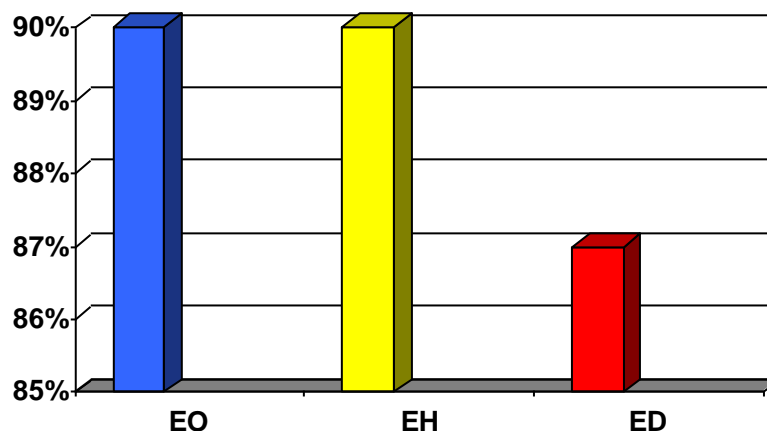


Gráfico 18

Quanto ao levantamento qualitativo foram relacionados os aspectos mais significativos:

ASPECTOS	PERCENTUAL
Falta de critério de avaliação igual para todas as turmas, no caso da disciplina com mais de um professor.	20%
Ter mais horas aula prática.	13%
Aumentar a carga horária das disciplinas de Defesa Pessoal; Uso da Arma de Fogo; Uso Progressivo da Força; Segurança e Vigilância.	9%
Mais visitas em estabelecimentos penais.	4%
Ter aula de bastão, curso de pistola.	4%
Realização de estágio para os agentes penitenciários.	2%
Aula de direção defensiva, para saber como manusear e cuidar das viaturas da SUSEPE.	1,5%
Aulas de informática também para os agentes penitenciários, do sistema CIA e Infopen e não somente palestras.	1,5%
Alguns instrutores não tinham didática para transmitir os conhecimentos apesar de terem experiências suficientes para tanto.	1,2%
Incluir aulas de identificação, aulas de operação de rádio e primeiros socorros.	1,2%
Muito pouca aula de Língua Portuguesa, para matéria de fundamental importância.	1%
Curso deveria ser mais longo, devido à quantidade de informações que foram transmitidas e necessitaria de mais tempo, para que o aprendizado fosse maior.	1%
Diminuir o número de aulas de saúde mental e aulas de matérias de psicologia.	1%
Pouco espaço nas salas de aula.	0,8%
Enfatizaram a relevância de que as aulas fossem ministradas por profissionais que atuam na SUSEPE, os quais com certeza têm muito a ensinar.	0,5%
Veículos para o deslocamento dos alunos para as aulas de uso da arma de fogo e para as visitas em casas prisionais.	0,5%
Para os APA, mais horas de estágio e que os alunos possam estagiar nem que seja um dia em cada departamento para ter mais prática no dia a dia.	0,2%

Quadro 6

Os dados levantados oportunizam fazer uma análise das avaliações realizadas pelos alunos em relação aos professores, geralmente se faz avaliação de provas de conteúdo, nesse caso, o objetivo é poder direcionar o olhar ao aluno, aqui aluno como parte integrante no processo ensino aprendizagem.

No levantamento da avaliação qualitativa, optou-se por fazer uma análise de percentual quanto ao critério A - O desempenho é muito bom neste aspecto, visto ter sido de forma geral o curso bem avaliado pelos alunos. Embora o eixo do direito contemple menos disciplinas que os demais, a proporção se equipara sendo de uma forma geral as disciplinas avaliadas de forma positiva pelos alunos.

Com relação à preparação das aulas, o eixo das humanas e o eixo operacional receberam melhor avaliação com percentual de 83% com relação ao eixo do direito, com 79%. A Habilidade em selecionar e usar materiais e atividades variadas de ensino foi considerada positiva para o eixo operacional com 83% em relação a 78% nos demais eixos. Quanto ao domínio e atualização dos conteúdos, a diferença entre os eixos foi mínima sendo que o eixo das humanas e o eixo operacional receberam 87% do conceito A e o eixo do direito, 85%, já o item habilidade em ajustar o ritmo de ensino para favorecer a aprendizagem, também quase se equipara, no eixo das humanas (83%) e no operacional (82%) e 79% no eixo do direito. No quesito disponibilidade em orientar em sala de aula alunos com dificuldade, o eixo das humanas recebeu 86%, o eixo operacional 84% e o eixo do direito, 82%; na habilidade em tratar o aluno de forma que haja respeito mútuo houve mínima diferença: eixo das humanas 91%, eixo operacional 90% e no eixo do direito 89%. O eixo operacional conquistou melhor pontuação 93% quanto a relacionar os conteúdos com a prática profissional no contexto penitenciário tendo o eixo das humanas obtido valor de 88% e o do direito 83%.

A capacidade em aceitar sugestões para melhorar o ensino e a aprendizagem recebeu uma boa avaliação para o eixo das humanas, 87% com relação ao eixo operacional que foi 84% e o do direito 82%. Levar em conta as experiências dos alunos no desenvolvimento da disciplina também recebeu um conceito a entre 88% no eixo das humanas e 85% no eixo operacional e 83% do direito. Todos os eixos foram considerados positivos quanto à postura adequada como professor e servidor público, sendo 91% para os eixos das humanas e operacional e 90% do eixo do direito. O professor demonstrou de forma clara os critérios de avaliação aos alunos no eixo das humanas foi 86% e no operacional 83%, deixando a desejar no eixo do

direito, que obteve apenas 45%. Houve compatibilização entre a avaliação e conteúdos efetivamente trabalhados foram mais bem avaliados no eixo das humanas com 88%, 84% no eixo operacional e 82% no Direito. O comprometimento com os horários estabelecidos foi considerado desejável para o eixo operacional tendo obtido 94%, no eixo das humanas 93% e no eixo do direito 91%. A competência para orientar e supervisionar a utilização de equipamentos no desenvolvimento das aulas práticas foi avaliado de forma igualitária para o eixo das humanas e operacional com 90% com relação ao eixo do direito que obteve 87%.

No levantamento qualitativo foi possível aos alunos fazerem comentários quanto ao curso, e os aspectos mais significativos levantados dizem respeito aos critérios de avaliação e o aumento de carga horária das disciplinas operacionais bem como sentiram a necessidade de estágio supervisionado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Curso de Formação tem por objetivo capacitar os servidores que estão entrando no sistema penitenciário para atuarem no meio prisional, o conteúdo programático é elaborado conforme as necessidades do trabalho a ser realizado bem como seguindo as diretrizes da Matriz Curricular Nacional. Espera-se que com os conteúdos abordados no curso o espaço de trabalho possa ser um espaço de transformação, de discussão. Sendo assim a avaliação das disciplinas passa a ser um recurso imprescindível para que se possa fazer uma análise de como está se processando o conhecimento. Talvez uma avaliação posterior também pudesse ser considerada o que também oportunizaria uma análise da adequação das disciplinas e metodologias empreendidas a realidade vivenciada no contexto de trabalho

A definição dos critérios para avaliação foi apresentada a todos os professores em reunião geral, assim como num momento subsequente foram formados grupos por eixos onde os professores da mesma disciplina puderam discutir e elaborar a forma de avaliação, os mesmos também receberam o manual do professor contendo todas as informações (apêndice 3). O que se observa neste ponto é que alguns professores tiveram dificuldade nesta inter-relação com os demais colegas, numa atitude que poderíamos entender como detentores de um poder, não prevalecendo a troca na construção da avaliação.

Segundo Brugali (2000, p 40), a avaliação tem que ver com poder, mas, como Foucault ensina, poder pode ser também uma força produtiva. Ter consciência das formas de poderes e contra poderes envolvidos no processo avaliativo abre espaço para a busca de formas de poder mais construtivas.

Estruturar o campo possível de ação de outros 'também pode significar abrir e possibilitar espaços de atuação dos outros. A avaliação pode assumir esta função modificando, reestruturando, ressignificando formas e relações existentes.

O fato de alguns professores apenas repassarem sua prática numa metodologia de troca de saberes e conhecimento não impede que se processe a aprendizagem, mas, alguns alunos questionam a falta de um método para repassar

conteúdos. Os professores da Escola Penitenciária em sua maioria são servidores de carreira, ou seja, pertencentes ao quadro com práticas de trabalho de longos anos. O planejamento das aulas é elaborado considerando a teoria, mas principalmente a prática de trabalho, são saberes construídos a partir de uma prática, de situações vivenciadas. Fazer parte da instituição os torna detentores de um saber que foge ao conhecimento usual.

Salienta Bruggli (2000, p 28)

A avaliação não pode ser vista sem referência ao modelo pedagógico da qual faz parte. Aliás, a própria forma como ela é praticada demonstra a quem ela serve. Assim, Luckesi diferencia entre uma avaliação autoritária que está ligada ao modelo dominante liberal conservador e serve principalmente para a manutenção das estruturas de dominação existentes, e uma avaliação diagnóstica, preocupada com o avanço da pessoa, que demonstra por esta prática, a sua ligação com uma pedagogia libertadora.

Por ser um curso de formação profissional onde a função do agente penitenciário tem a característica fundamental de “ser operacional” a expectativa do aluno que busca esta área é de receber mais disciplinas que envolvam uso de arma, prática física, defesa pessoal, algemação enfim no primeiro momento assemelhando-se ao “poder de polícia”, por isso o desejo de aumento da carga horária nestas disciplinas. A questão do estágio como um dos aspectos levantados é de fundamental importância, é imprescindível que no curso de formação na área da segurança sejam disponibilizados mais espaços para a prática, prática esta que deve acontecer no decorrer do processo da aprendizagem oportunizando a reflexão e troca de saberes, a fim de trabalharem as primeiras impressões nas atividades realizadas nos estabelecimentos penais. Nesse momento a psicologia participa de forma importante, o aluno também pode rever sentimentos e comportamentos suscitados. Podemos questionar: qual a representação que o aluno tem do professor da área da segurança? O psicólogo é visto como a pessoa que entende, e tem o poder de saber o que o outro pensa, nesse caso, o que o preso pensa, as questões criminológicas que envolvem o ato delituoso, bem como explicitar como se processa a dinâmica das relações entre preso e o servidor.

De uma forma geral o eixo das humanas obteve melhor avaliação, quase se equiparando ao eixo operacional. Temos sete dos professores do eixo das humanas da área da psicologia e três da Psiquiatria, os demais da área de

atendimento a saúde (enfermagem) e serviço social. Cabe ressaltar que três dos professores são licenciados em psicologia, a licenciatura em psicologia capacita ao ofício de dar aulas e nas reuniões com os demais docentes oportuniza a troca de saberes no que tange à metodologia de ensino, o psicólogo professor além de ser requisitado no caso de entendimento do que se processa com o aluno, atua como um referencial para apoiar o professor na atitude de ministrar aulas. O aprendizado da licenciatura em uma instituição que foge a escola regular, como nesse curso no sistema prisional, abre a possibilidade de reinventar novos espaços de atuação da docência, novos olhares e perspectivas. A área da segurança que mantém escola e academias é um espaço onde se viabiliza uma proposta pedagógica com planejamento, organização curricular e a coordenação encarregada de acompanhar o corpo discente e docente. O profissional da licenciatura experencia a prática docente e suas relações com a dinâmica de trabalho e intervém em todo o processo de aprendizagem com atravessamentos nas demais disciplinas.

Altet (2001, p. 26) refere sobre a formação dos professores e afirma que o professor profissional é, antes de tudo, um profissional da articulação do processo ensino-aprendizagem em uma determinada situação, um profissional da interação das significações partilhadas.

As disciplinas do eixo operacional são bem recebidas pelos alunos, pois representa a prática necessária no exercício profissional e também os docentes foram considerados capacitados para tal. Os recursos utilizados embora diferenciados de uma metodologia convencional onde a teorização seria o embasamento fundamental comunicam de forma favorável o conteúdo.

Conforme Brugalli (2000, p. 35)

A opção pela introdução do pensamento pós-moderno através de um filme não é acaso. Enquanto o pensamento moderno escolhe como linguagem preferida o discurso científico, o qual atende às regras da abstração, da lógica, da razão teórica, o pensamento pós-moderno aceita as mais variadas linguagens para comunicar idéias, pensamentos, conhecimentos. Neste sentido, o discurso científico abstrato não possui maior grau de verdade do que outras linguagens, como, por exemplo, literatura, poesia ou um filme.

O eixo das disciplinas que envolvem o direito recebeu uma avaliação abaixo do esperado devido ao caráter teórico, são repassados muitos conteúdos os quais em um primeiro momento parecem distanciados do cotidiano de trabalho.

O retorno da avaliação aos professores representa uma parada para reflexão de uma prática que muitas vezes torna-se automatizada, não é possibilitado ao professor um momento para rever suas práticas, o que acontece é uma adequação do material já realizado ao curso atual, com conceitos já apresentados.

Conforme terminávamos as avaliações, encaminhávamos aos professores, os que recebiam comentavam com os demais, o que gerou ansiedade por parte dos que ainda não haviam recebido, esses ligavam para a escola solicitando a sua avaliação, explicávamos que assim que concluída seria encaminhada. Outros professores retornavam a escola parabenizando pela atitude e expressando o sentimento de valorização pelo fato de terem um resultado de seu trabalho, o que oportunizaria uma reflexão para metodologias futuras. Mesmo os que apresentaram algumas ressalvas com os quais tivemos a necessidade de conversar pessoalmente, demonstraram aceitação quanto à avaliação realizada.

Ao referir a especificidade da profissão do professor Altet (2001, p. 26) define:

A comunicação verbal e o discurso dialógico finalizado como meio para provocar, favorecer e levar ao êxito a aprendizagem em uma dada situação, é uma prática relacional finalizada. Ensinar é fazer aprender e, sem a sua finalidade de aprendizagem, o ensino não existe. Porém, este “fazer aprender” se dá pela comunicação e pela aplicação; o professor é um profissional da aprendizagem, da gestão de condições de aprendizagem e da regulação interativa em sala de aula.

Fazer uma análise do desempenho dos professores através do olhar do aluno é uma experiência a ser considerada, e mais importante do que o retorno desta avaliação aos mesmos, é a avaliação do curso como um todo. Oportunizar um evento onde se possam apresentar os dados após cada curso e reavaliar como foi o processo, apontando aspectos positivos e negativos, os atravessamentos, as conquistas, enfim trata-se não só de fazer gestão educacional como também de partilhar saberes, trocar vivências e acima de tudo construir uma identidade institucional, um jeito de ensinar e aprender próprio dessa instituição, que leve em conta suas especificidades e de seu público. Complementando com alguns aspectos abordados por Perrenoud (2001 p 16);

Quais tipos de conhecimentos podem ajudar os educadores a agir? Quais podem ser as contribuições de um saber teórico para a prática? Como levar os futuros professores e os professores a combinar o conhecimento teórico com o conhecimento prático?

Poderia se pensar em um ponto que foi mais significativo para os alunos, *“Critério de avaliação igual para todas as turmas, no caso da disciplina com mais de um professor”*, e na representação que este possui. Avaliação desigual demonstra tanto a dificuldade por parte do professor como da própria coordenação do curso no que tange ao repasse de informações e critérios. Disciplina com mais de um professor requer troca, diálogo, construção, uso da mesma linguagem. Assim surgem os questionamentos, O que queremos para nossos alunos? Qual formação buscamos? Como está a capacitação de nossos professores? Qual nossa proposta Pedagógica?

Compartilho com os alunos que afirmam que o curso deveria ser mais longo aumentando a carga horária de algumas disciplinas, o que permitiria ministrar de forma mais tranqüila, com o estágio supervisionado para uma melhor adequação do servidor aluno ao local de trabalho.

REFERÊNCIAS

AZANHA, José Pires. *Proposta pedagógica e autonomia da Escola. A escola de cara nova. Planejamento*. São Paulo: SE/CENP. 2000.

CECCIM, R.B.; CAPOZZOLO, A. Educação dos profissionais de saúde e afirmação da vida: a prática clínica como resistência e criação. *Revista do Ministério da Saúde Pública*, v.5, n.72. 2004

DIAS, José Augusto. *Gestão da Escola Fundamental*. São Paulo: Cortez, 1997.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1996.

HAMZE, Amélia. *Avaliação Escolar*. Pedagogia- Brasil Escola. 2007.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças. *Sistemas, Organização e Métodos. Uma abordagem Gerencial*. São Paulo: Atlas, 1992

PAIVA, Maria da Graça Gomes e Brugalli, Marilene. *Avaliação. Novas Tendências, Novos Paradigmas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.

PAQAY, Léopold; PERRENOUD, Philippe; ALTET, Marguerite; CHARLIER, Eveline. *Formando Professores Profissionais*. Porto Alegre: Artmed, 2001

PERRENOUD, Philippe. *A Prática Reflexiva no Ofício de Professor*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERRENOUD, Philippe; THURLER, MONICA GATHER. *As Competências para Ensinar no Século XXI*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PERRENOUD, Philippe. *Formação Contínua e Obrigatoriedade de Competências na Profissão de Professor*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Genebra, 1997.

PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 70 de junho de 1976. Relatório e conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito-Sistema Penitenciário. Brasília.

SISTEMA PENITENCIÁRIO. Publicação da Secretaria do Interior e Justiça-SUSEPE. Porto Alegre, 1973.

ZABALA, Antoni. *A Prática Educativa: como ensinar*. Porto Alegre: Artmed, 1998.

WOLFF, Maria Palma. Prisões no Rio Grande do Sul: Aspectos de sua Evolução e Problemática 1953-1986. in: LEWGOY, Alzira et al. Marginalidade e Controle Social. *Revista da Escola do Serviço Penitenciário*, Porto Alegre, 1991.

ANEXOS

Anexo 1

Prezado Professor

Os alunos do XXX Curso de Formação de Agente Penitenciário e III Curso de Formação de Agente Penitenciário Administrativo - 2ª edição realizaram a avaliação das disciplinas e dos professores. As fichas para avaliação foram entregues com alguns critérios para análise, enfatizando-se que não foi exigida a identificação dos alunos.

Realizamos o levantamento das avaliações, especificando os comentários dos alunos direcionados a determinados professores. Encaminhamos aos professores, individualmente, sua avaliação com considerações gerais e também específicas feitas pelos alunos. Estas informações são importantes para que, nos próximos cursos, possamos repensar em algumas formas de metodologia, proporcionando melhorias na aprendizagem. Salientamos que as avaliações estão disponíveis na Escola, caso os senhores queiram consultar.

De acordo com Antoni Zabala em A prática Educativa:

O aperfeiçoamento da prática educativa é o objetivo básico de todo educador. E se entende este aperfeiçoamento como meio para que todos os alunos consigam o maior grau de competências, conforme suas possibilidades reais. O alcance dos objetivos por parte de cada aluno é um alvo que exige conhecer os resultados e os processos de aprendizagem que os alunos seguem. E para melhorar a qualidade do ensino é preciso conhecer e poder avaliar a intervenção pedagógica dos professores, de forma que a ação avaliadora observe simultaneamente os processos individuais e os grupais. Referimo-nos tanto aos processos de aprendizagem como aos de ensino, já que desde uma perspectiva profissional, os conhecimentos de como os alunos aprendem é, em primeiro lugar, um meio para ajudá-los em seu crescimento e, em segundo lugar, é o instrumento que tem que nos permitir melhorar nossa atuação na aula.

Anexo 2- Ficha de Avaliação

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
ESCOLA PENITENCIÁRIA

AVALIAÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Esta Avaliação é parte integrante da Proposta Pedagógica da Escola Penitenciária e tem por objetivo buscar a melhoria da qualidade do curso, através do levantamento do desempenho dos professores.

Neste questionário você irá encontrar algumas afirmativas concernentes a uma variedade de comportamentos e habilidades de ensino dos professores que ministraram aulas. Leia cada afirmativa cuidadosamente e indique o quanto você percebe da atuação do professor de forma individual e conscienciosa.

Faça essa indicação colocando uma das seguintes letras na grade de respostas.

- A - O desempenho é muito bom neste aspecto.
- B - O desempenho é geralmente bom (É preciso melhorar um pouco).
- C - O desempenho é geralmente fraco (É necessário melhorar).
- D - O desempenho é deficiente (É preciso melhorar muito).
- E - Não sei avaliar (ou não há elementos suficientes para avaliação).

**UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA OS COMENTÁRIOS QUE ACHAR
NECESSÁRIO**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
ESCOLA PENITENCIÁRIA

AVALIAÇÃO

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

Esta Avaliação é parte integrante da Proposta Pedagógica da Escola Penitenciária e tem por objetivo buscar a melhoria da qualidade do curso, através do levantamento do desempenho dos professores.

Neste questionário você irá encontrar algumas afirmativas concernentes a uma variedade de comportamentos e habilidades de ensino dos professores que ministraram aulas.

Leia cada afirmativa cuidadosamente e indique o quanto você percebe da atuação do professor de forma individual e conscienciosa.

Faça essa indicação colocando uma das seguintes letras na grade de respostas.

- A - O desempenho é muito bom neste aspecto.**
- B - O desempenho é geralmente bom (É preciso melhorar um pouco).**
- C - O desempenho é geralmente fraco (É necessário melhorar).**
- D - O desempenho é deficiente (É preciso melhorar muito).**
- E - Não sei avaliar (ou não há elementos suficientes para avaliação).**

**UTILIZE ESTE ESPAÇO PARA OS COMENTÁRIOS QUE ACHAR
NECESSÁRIO**

Anexo 3



**MANUAL
DO
PROFESSOR**

**XXX CURSO DE FORMAÇÃO DE
AGENTE PENITENCIÁRIO E
III CURSO DE FORMAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
2ª EDIÇÃO
2009**

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
SUPERINTENDÊNCIA DOS SERVIÇOS PENITENCIÁRIOS
ESCOLA PENITENCIÁRIA

Senhor Professor:

A ESCOLA PENITENCIÁRIA do Rio Grande do Sul, desde sua criação pela Lei Estadual nº 5.740, de 24 de dezembro de 1968, fiel a sua vocação educacional, pioneira no País, e modelo para as que se estabeleceram nos Estados da Federação, compete promover o desenvolvimento de recursos humanos, em todos os níveis da ação penitenciária, compatível com as necessidades da Superintendência dos Serviços Penitenciários, bem como realizar outras atividades culturais, pesquisas e difusão de assuntos relativos a Criminologia e Ciência Penitenciária, em seus vários aspectos, com vistas ao estabelecimento de políticas públicas penitenciárias, tendo como marco referencial o resgate e a promoção da dignidade humana.

Para o bom andamento durante as atividades letivas e a consecução dos objetivos de ensino-aprendizagem é que apresentamos algumas considerações e orientações relativas a freqüência, avaliação de aprendizagem e alguns princípios disciplinares inseridos na proposta pedagógica.

Salienta-se que sejam observados aos alunos a pontualidade e a assiduidade o que também contribui para que o professor possa dinamizar sua proposta de ensino.

Ressalta-se ainda, a proibição de “**FUMAR**” nas dependências do Colégio, bem como a atitude correta do aluno em sala de aula de silêncio no recinto.

A Coordenação do Curso coloca-se à disposição para qualquer eventualidade, orientação ou dúvida que possam surgir no decorrer do processo letivo.

Considerações

As atividades têm carga horária definida na Grade Curricular

Solicitamos ao Professor o cumprimento dos horários:

Horário/MANHÃ	Horário/TARDE
8h30min – 9h10min	13h30min – 14h10min
9h10min – 9h50min	14h10min – 14h50min
INTERVALO (9h50min – 10h10min)	INTERVALO (14h50min – 15h10min)
10h10min – 10h50min	15h10min – 15h50min
10h50min – 11h30min	15h50min – 16h30min
11h30min – 12h10min	16h30min – 17h10min

1. Cada período de aula terá a duração de 40 (quarenta) minutos.
2. O tempo de intervalo será de 20 (vinte) minutos.
3. A prova e o trabalho deverão ser entregues individualmente.
4. O modelo de prova, para reprografia, deverá ser entregue para a Coordenação do Curso com 3 (três) dias úteis de antecedência da data da aplicação.
5. Para fins de pagamento de horas-aula será verificado o Diário de Classe. Para tanto, é necessário que o Diário de Classe esteja corretamente preenchido, sendo observado o verso, onde será feito o registro da matéria ministrada com a rubrica do professor.
6. O espaço para registro das aulas ministradas deverá sempre ser preenchido na data da aula teórica ou prática e devem ser registrados os conhecimentos construídos com os alunos, assim como nas aulas práticas devem ser registradas as atividades desenvolvidas.
7. As participações de palestrantes convidados pelo professor podem ocorrer desde que não haja ônus para a Escola.
8. Eventuais impedimentos de comparecimento em sala de aula devem ser comunicados à Coordenação, na medida do possível, com antecedência de 48 horas, a fim de que seja providenciada a substituição do professor, neste caso não será considerada aula ministrada a aplicação de trabalhos sem a supervisão de um professor.
9. Para fins de organização, as combinações de atividades extraclasse, recuperações de aula, etc., fora do QUADRO HORÁRIO, deverão ser avisadas e

tratadas com a Coordenação do Curso, com a maior antecedência possível, a qual dará o aval e comunicará aos alunos posteriormente.

10. O material didático de apoio (data show, etc.) deverá ser agendado com antecedência junto a Coordenação do Curso.
11. Os professores de cada disciplina deverão elaborar as provas, em conjunto, objetivando uniformizar o nível das questões, nas diferentes provas.
12. O aluno contará com o Serviço de Acompanhamento e Orientação Psicológica, podendo utilizá-lo por solicitação ou quando encaminhado.

Freqüência

A freqüência ao curso de formação é obrigatória:

1. A freqüência ao curso de formação é obrigatória, sendo que para aprovação no curso será de 80% (oitenta por cento) das aulas ministradas;
2. As presenças dos alunos deverão ser assinaladas no Diário de Classe com (.) ponto e as faltas com (F), não havendo qualquer outro tipo de símbolo;
3. Quando houver rasuras no registro das presenças o professor deverá **observar no verso**, onde será feito o registro da matéria ministrada com a rubrica do professor: **rasuras no registro**.
4. A falta poderá acarretar ônus à vida profissional do aluno. A justificativa da falta deverá ser encaminhada pelo aluno à Coordenação do curso para a devida avaliação, que posteriormente comunicará o professor para as providências pertinentes;
5. O aluno que chegar após o início das atividades, deverá apresentar ao professor encaminhamento fornecido pela Supervisão e Orientação Disciplinar da Escola, para ingresso em sala de aula.

Avaliação⁷

Será considerado aprovado o aluno que obtiver Média Final 7 (sete):

1. A avaliação de 30 e 40 horas será formalizado através de 1 (uma) prova (valor 7) e 1 (um) trabalho (valor 3) realizados dentro da carga horária de cada disciplina, devendo o aluno obter, no mínimo, nota 7 (sete);
2. Nas disciplinas com carga horária de 10 e 15 horas-aula, a avaliação será formalizada através de 1 (um) trabalho e nas de carga horária de 20 e 22 horas-

⁷

Portaria SJS nº 029, de 20 de fevereiro de 2002.

aula, a avaliação será formalizada através de 1 (uma) prova realizados dentro da carga horária de cada disciplina, devendo o aluno obter conforme item 1, nas de carga horária de 30 horas ou mais a avaliação será 1 (uma) prova nota 7 (sete) e 1 (um) trabalho nota 3 (três);

3. Terão avaliação prática e/ou teórica (nos casos de impedimento) as seguintes disciplinas: Defesa Pessoal, Uso da Força, Uso da Arma de Fogo, Revista e Algemação;

4. Será atribuída uma nota de 0 (zero) a 10 (dez), com até uma casa decimal depois da vírgula, devendo ser desprezado o segundo algarismo e deverá haver arredondamentos, por ex.: 7,6 e não 7,55.

5. Qualquer alteração de notas, ou rasura destas, também deverão ser observadas no verso do DC, com referências ao nome do aluno e a nota, com a rubrica do professor.

6. As médias deverão ser entregues no máximo em 4 (quatro) dias após a realização das provas finais, estas ficarão à disposição dos alunos em igual prazo para conferencia e eventual interposição de recurso;

7. O aluno que obtiver nota inferior a 7 (sete) deverá ser avaliado novamente, através de exame final escrito, sendo:

a) **aprovado** o aluno que alcançar nota igual ou superior a 6 (seis) no exame final escrito, onde a nota do exame substituirá a nota da avaliação do rendimento da aprendizagem formalizado pela prova e/ou trabalho;

b) **reprovado** o aluno que não alcançar nota igual ou superior a 6 (seis) no exame final escrito o que acarretará o desligamento do curso.

O exame será realizado ao final, em calendário que será divulgado posteriormente.

8. Fica assegurado ao aluno o direito de pedir revisão de prova, o qual deverá ser dirigido ao professor da disciplina, desde que devidamente fundamentado e no prazo máximo de 3 (três) dias a contar da divulgação das notas;

9. Caberá recurso ao pedido de revisão de prova indeferido, o qual deverá ser encaminhado à Coordenação do Curso, no prazo máximo de 3 (três) dias a contar da notificação de indeferimento, que nomeará uma banca avaliadora composta por 3 professores da disciplina.

10. Para a entrega das notas o professor deverá encerrar o Diário de Classe, registrando:

- a) a nota dos exames finais, quando houver;
- b) a média final;
- c) a situação do aluno (aprovado ou reprovado);
- d) o total de faltas para verificar se o aluno não excedeu ao máximo previsto de 20%;
- e) com assinatura, ao final dos conteúdos ministrados.

11. Os Diário de Classe deverão ser entregues à Coordenação do Curso no máximo de 3 (três) dias antes do início do período dos exames finais.